



DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

PARECER Nº : 425/2011 – PROCAD/PGDF
PROCESSO Nº : 090.000.263/2010
INTERESSADO : SECRETARIA DE TRANSPORTES
ASSUNTO : LICITAÇÃO. PROGRAMA DE TRANSPORTE URBANO

FOLHA 1053
PA 090 000 263/2010
RUB *Q* MAT 42 9651

Ementa: ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO COM RECURSOS ORIUNDOS DO BID. EDITAL SDP N.º 003/2010. CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA PARA SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL. PROGRAMA DE TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL. PARECER N. 957/2010-PROCAD E PARECER N. 1.243/2010-PROCAD. OBSERVÂNCIA. NECESSIDADE.

1. Cumpre ao órgão suprir as pendências técnicas apontadas no bojo dos Pareceres n.º 957/2010 e 1.243/2010, ambos da Procuradoria Administrativa, e neste opinativo.

2. Possibilidade de utilização da minuta do edital com os respectivos anexos e de prosseguimento do certame, desde que observadas as recomendações apontadas no bojo do opinativo.

Senhor Procurador-Chefe da Procuradoria Administrativa,

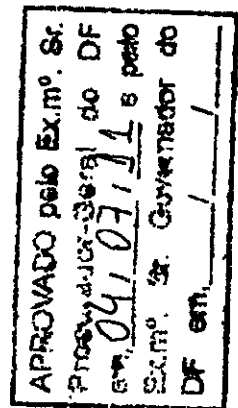
1. RELATÓRIO

Trata-se de análise quanto à regularidade do procedimento licitatório e da minuta do Edital – SDP n.º 003/2010, cujo objeto é a contratação de empresa de consultoria para elaboração e execução do Programa de Educação Socioambiental do Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal – PTU. Os recursos para a contratação são oriundos de empréstimo internacional junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

A Procuradoria Administrativa já se manifestou duas vezes sobre o tema.

Às fls. 122-131, o i. Procurador do Distrito Federal, Dr. Rodrigo Alves Chaves, emitiu o Parecer n.º 957/2010-PROCAD/PGDF, no qual concluiu pela possibilidade de prosseguimento do certame desde que supridas as pendências apontadas em seu opinativo.

Após manifestação do Coordenador Executivo da UGP/PTU informando as providências adotadas, os autos retornaram para nova análise quanto ao cumprimento das recomendações. Foi exarado, então, o Parecer n.º



Q



DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

1.243/2010-PROCAD/PGDF (fls.394-408) da lavra do i. Procurador do Distrito Federal, Dr. Wesley Ricardo Bento, que opinou pela restituição do feito ao órgão consulente para suprir as deficiências do procedimento, dentre as quais destacou:

a) ausência de aprovação do Termo de Referência e autorização para realização do procedimento licitatório;

b) inadequação da comprovação de que o preço estimado para a contratação é compatível com o mercado;

c) ausência de demonstração de que os serviços licitados não poderiam ser prestados por servidores da Administração Pública do Distrito Federal;

d) ausência de inclusão, no edital, das penalidades previstas no Decreto nº 26.851/2006;

e) ausência de inclusão, no edital, das exigências de habilitação dos licitantes;

f) ausência de inclusão, no termo de referência, dos critérios de aceitabilidade dos preços;

g) ausência de regulamentação de recursos e impugnações.

Os autos retornam novamente para *"análise das justificativas apresentadas pela UGP/ST/DF em atendimento às recomendações da PROCAD acerca da aprovação da minuta do Edital – SDP nº 003/2010 do Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal – PTU/DF, cujo objeto é a seleção e contratação de consultoria para a execução do Programa de Educação Socioambiental."*

É o relatório.

2. FUNDAMENTAÇÃO

Tendo em vista a existência de duas prévias análises desta Casa sobre o tema, a presente manifestação limitar-se-á a verificar o cumprimento das recomendações constantes dos referidos opinativos.

FOLHA 1054
PA 090 000 263/2010
RUB Q MAT 42 9651



a) Expressa aprovação do Termo de Referência e autorização para realização do procedimento licitatório: **ausente**.

Embora conste dos autos que o Termo de Referência foi submetido ao IBRAM e que o mesmo recomendou a adoção das providências constantes do Parecer nº 002/2011-DIREA/SUPEM/IBRAM, as quais foram incorporadas, ainda não consta dos autos uma **expressa** aprovação da **última versão** do termo de referência pela autoridade competente ("aprovo o termo de referência de fls.982-1006").

Por outro lado, o despacho de fl.119 não satisfaz a exigência de autorização para a realização do procedimento licitatório, devendo constar autorização **expressa** da autoridade competente.

b) Comprovação de que o preço estimado para a contratação é compatível com o mercado: **deficiente**.

Com efeito, embora tenha sido juntada planilha com as tabelas de fls. 908-921, as mesmas referem-se apenas às remunerações pagas a consultores de engenharia e profissionais de ensino, sendo necessário indicar a fonte de pesquisa de todos os componentes da planilha de fls. 175-180, de modo a possibilitar uma verificação da compatibilidade dos preços estimados com aqueles praticados no mercado.

c) Demonstração de que os serviços licitados não poderiam ser prestados por servidores da Administração Pública do Distrito Federal: **presente** (fl.900).

Consta dos autos a resposta do IBRAM ressaltando que não possui pessoal suficiente para a implementação do Programa de Educação Social e Ambiental sem prejuízo das atividades regularmente prestadas pelo Instituto. Por cautela, contudo, seria recomendável que o órgão procedesse a consulta complementar junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente.

d) Adequações do Edital:

d.1) inclusão das penalidades previstas no Decreto nº 26.851/2006: **presente em parte** (fl. 1.028).

Embora conste do item 1.1 (a) das Condições Especiais do Contrato que o contrato será regido, inclusive, pelo Decreto nº 26.851/2006, o detalhamento das penalidades constantes do item 2.5.2 (fl.1.029) não



corresponde ao teor do referido decreto distrital. As normas do Contrato de Empréstimo nº 1957/OC-BR e do Documento GN-2350-7 (Políticas para a seleção e contratação de consultores financiados pelo BID) não parecem, s.m.j, conflitar com as disposições do Decreto, a qual, por essa razão, tem aplicação subsidiária.

Assim, o item 2.5.2 das Condições Especiais do Contrato deve transcrever o teor do Decreto Distrital nº 26.851/2006, no que não conflitar com as disposições do Banco.

d.2) exigências de habilitação dos licitantes: *deficiente*.

A documentação referente à regularidade fiscal e habilitação jurídica foi incluída como critério de pontuação (fls. 951-953), quando, na verdade, deve constar como condição de participação no certame de todas as empresas que funcionem no país. Quanto às empresas estrangeiras que não funcionem no país, o §6º do art.32 da Lei nº 8.666/93 expressamente dispensa a apresentação de documentos comprobatórios da habilitação para *"aquisição de bens e serviços cujo pagamento seja feito com o produto de financiamento concedido por organismo financeiro internacional de que o Brasil faça parte, ou por agência estrangeira de cooperação"*.

De todo modo, o essencial é que a exigência de apresentação da documentação referida pelos artigos 28 a 31 da Lei de Licitações conste como requisito de participação das empresas com sede no país, e **não como critério de pontuação das propostas**.

d.3) recursos e impugnações: *presente em parte*.

Embora conste dos itens 1.5 e 7.1 das Instruções às Empresas de Consultoria a possibilidade de interposição de recurso, falta ainda estabelecer o direito de qualquer cidadão à impugnação do edital, nos termos do art. 41 da Lei de Licitações. A norma não parece conflitar com as disposições do Banco e, de qualquer forma, tem caráter principiológico, devendo ser observada.

e) critérios de aceitabilidade dos preços: *ausente*.

Reitero, no particular, a recomendação constante do Parecer nº 1.243/2010-PROCAD/PGDF, segundo a qual *"o órgão deve se certificar de que o Termo de Referência estipula, de forma clara e completa, o critério de aceitabilidade dos preços (art.40, X, Lei n. 8.666/93), consoante também tem exigido o Tribunal de Contas da União (Decisão 179/2002-Plenário, DOU de*



DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

25/03/2002; *Decisão 417/2002-Plenário, Ata 13/2002, DOU de 10/05/2002; Decisão 767/2002-Plenário, Ata 23/2002, DOU de 19/07/2002; entre outras*)”.


Desde que supridas as pendências apontadas é possível o prosseguimento do certame e a utilização da minuta com os respectivos anexos.


3. CONCLUSÃO

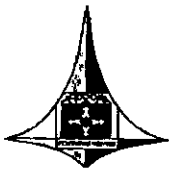
Ante o exposto, conclui-se pela possibilidade de utilização da minuta do edital com os respectivos anexos e de prosseguimento do certame, desde que observadas as recomendações apontadas no bojo do opinativo.

É o parecer, *sub censura*.

Brasília, 15 de junho de 2011.


BRUNO PAIVA DA FONSECA
Procurador do Distrito Federal

FOLHA 1057
PA 090 000 263/2010
RUB  MAT 429651



DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

PROCESSO Nº : 090.000.263/2010
INTERESSADO : Secretaria de Transportes
ASSUNTO : Licitação. Programa de Transporte Urbano

Excelentíssimo Senhor Procurador Geral,

A Secretaria de Transportes do Distrito Federal solicita análise da minuta de Edital cujo objeto é a contratação – por meio de recursos oriundos de empréstimo internacional junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) – de empresa de consultoria para elaboração e execução do Programa de Educação Socioambiental do Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal – PTU.

Esta especializada já havia se manifestado anteriormente, por meio dos Pareceres 957/2010-PROCAD/PGDF e 1.243/2010-PROCAD/PGDF.

Designado para a emissão de parecer, o ilustre Procurador do Distrito Federal Dr. Bruno Paiva da Fonseca concluiu *“pela possibilidade de utilização da minuta do edital com os respectivos anexos e de prosseguimento do certame, desde que observadas as recomendações apontadas no bojo do opinativo”*.

Antes disso, considerando a existência de dois pareceres anteriores, entendeu estar a presente consulta delimitada à análise das justificativas apresentadas pela UGP/ST/DF a respeito das recomendações constantes das manifestações precedentes.

FOLHA 1058
PA 090 000 263/2010
RUB 42 9851



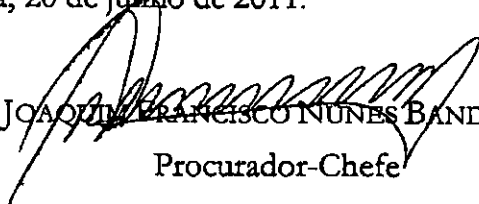
DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

De resto, entendeu ainda pendentes de cumprimento diversas das exigências feitas nos citados Pareceres ns. 957/2010-PROCAD/PGDF e 1.243/2010-PROCAD/PGDF.

Ante o exposto, por concordar inteiramente com o entendimento acima esposado, aprovo o Parecer nº 425/2011-PROCAD/PGDF, por seus próprios e jurídicos fundamentos.

À superior consideração.

Brasília, 20 de junho de 2011.


JOAQUIM FRANCISCO NUNES BANDEIRA
Procurador-Chefe
Procuradoria Administrativa

FOLHA 1059
PA 090 000 263/2010
RUB Q MAT 42 9651



DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL



PROCESSO Nº: 090.000.263/2010
INTERESSADO: Secretaria de Estado de Transportes do Distrito Federal
ASSUNTO: Elaboração e execução do Programa Educação Socioambiental - PTU

APROVO O PARECER Nº 0425/2011 – PROCAD/PGDF, de lavra do ilustre Procurador do Distrito Federal **BRUNO PAIVA DA FONSECA**, bem como a cota de fls. 1.058/1.059, subscrita pelo eminente Procurador-Chefe da Procuradoria Administrativa – PROCAD, **JOAQUIM FRANCISCO NUNES BANDEIRA**.

Acrescento que deverá ser observado, na integralidade, o disposto no § 1º do art. 21 da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Ressalto que a autoridade administrativa deverá zelar pela correta condução do processo administrativo submetido a exame, sendo de sua inteira responsabilidade a observância às normas legais de regência e às recomendações constantes do opinativo.

Por fim, considerando o teor do pronunciamento desta Procuradoria, recomenda-se que, após a implementação das observações apontadas, haja manifestação da respectiva Assessoria Jurídico-Legislativa, em despacho no qual deva versar, exclusivamente, sobre o atendimento, ou não, da manifestação desta Casa, ressaltando-

se, em todo caso, a possibilidade de nova manifestação do órgão central do Sistema Jurídico do Distrito Federal, caso subsista dúvida jurídica específica.

Restituam-se os autos à Secretaria de Estado de Transportes do Distrito Federal para conhecimento e adoção das providências cabíveis.

Em 4 / 7 / 2011.


LEANDRO ZANNONI APOLINÁRIO DE ALENCAR
Procurador-Geral Adjunto do Distrito Federal

Folha nº:	<u>1062</u>
Processo nº:	<u>090.000.263/2010</u>
Rubrica:	<u>AL</u> Matrícula <u>39.751-7</u>